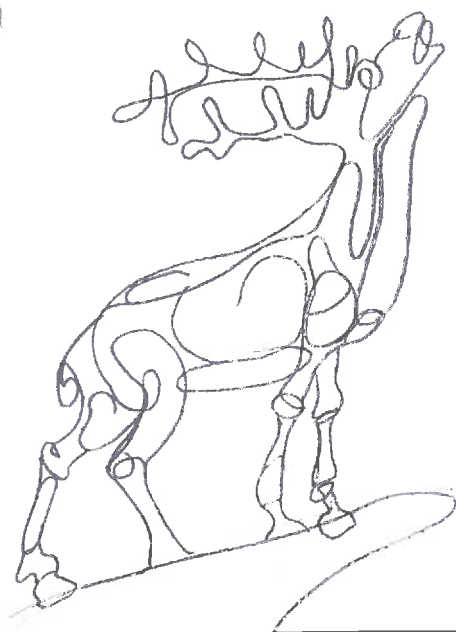




A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'B. M.', located in the top right corner of the page.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS

Caderno de Encargos



AJUSTE DIRECTO

**Aquisição de Serviços para “Elaboração de Filme para
Estação do Tempo “Alto Minho 4D – Viagem no Tempo”**



INDICE

Cláusula 1. ^a - Objeto.....	3
Cláusula 2. ^a - Contrato	3
Cláusula 3. ^a - Prazo.....	3
Cláusula 4. ^a – Obrigações principais do prestador de serviços.....	3
Cláusula 5. ^a - Objeto do dever de sigilo	4
Cláusula 6. ^a - Prazo do dever de sigilo	4
Cláusula 7. ^a - Preço contratual.....	4
Cláusula 8. ^a - Condições de pagamento.....	5
Cláusula 9. ^a - Penalidades contratuais.....	5
Cláusula 10. ^a - Força Maior	6
Cláusula 11. ^a - Resolução por parte do Município de Vila Nova de Cerveira	6
Cláusula 12. ^a - Resolução por parte do prestador de serviços	7
Cláusula 13. ^a - Caução.....	7
Cláusula 14. ^a - Seguros.....	7
Cláusula 15. ^a - Foro competente.....	7
Cláusula 16. ^a - Subcontratação e cessão da posição contratual.....	7
Cláusula 17. ^a - Comunicações e notificações.....	7
Cláusula 18. ^a - Contagem dos prazos.....	8
Cláusula 19. ^a - Legislação aplicável	8
Anexo A	9
Anexo B.....	10



Cláusula 1.ª

Objecto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços para “Elaboração de Filme para Estação do Tempo “Alto Minho 4D – Viagem no Tempo”, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e sucessivas alterações, e demais legislação aplicável.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo

O prestador de serviços obriga-se a prestar os serviços pelo prazo de **150 (cento e cinquenta) dias**, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Idealização e conceção da narrativa do filme, assim como do argumento e da música;
 - b) Execução, produção, realização, direção de personagens, cenários, sonoplastia, voz, textos em português, tradução em inglês e espanhol, locução em português, inglês e espanhol;
 - c) O filme deverá cobrir as temáticas e recursos associados à Estação da Viagem no Tempo de Vila Nova de Cerveira; disponibilizados na lista de recursos constante do Anexo A.
 - d) O filme deverá ter uma resolução estendida horizontalmente, sendo que poderão ser considerados 4.000 a 5.000 pixels de largura (dependendo das distâncias de blending) e por



1080 pixels de altura, de modo a que possa ser projetado numa das salas da Estação da Viagem do Tempo de Vila nova de Cerveira.

- e) O sistema de projeção previsto é constituído por até 3 projetores de vídeo, e a imagem total do filme deverá ser estendida pelos vários projetores, de modo a perfazer a totalidade da área de projeção, fazendo recurso a técnicas de blending, de modo a que haja continuidade de imagem pelos vários projetores;
- f) Fornecimento dos conteúdos produzidos, sendo eles capturas, sequências visuais, ilustrações, ou todo o tipo de material audiovisual que possa ser de interesse para ser integrado e adaptado no filme da estação do tempo móvel que será produzido no âmbito do projeto “Alto Minho 4D – Viagem no Tempo”;
- g) A superfície projetada da Estação da Viagem do Tempo em Vila Nova de Cerveira é lisa e curva, com as dimensões previstas na planta constante do Anexo B;
- h) Apresentar curriculum do coordenador técnico e/ou equipa técnica.
- i) Apresentação de cronograma para desenvolvimento dos trabalhos;
- j) Entregar o filme para a estação da Viagem no Tempo do Município de Vila Nova de Cerveira, nas versões em português, inglês e espanhol.
- k) Obrigação de garantia dos serviços identificados na sua proposta.

2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, informáticos e demais meios que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª

Objeto do dever de sigilo

1 O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 O dever de sigilo perdura durante o período de execução do contrato e após a cessação, por qualquer forma ou motivo, do mesmo.

4 Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 6.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.



Cláusula 7.ª

Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vila Nova de Cerveira deve pagar ao prestador o preço constante da proposta adjudicada, ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a **€ 16.389,00 (dezasseis mil trezentos e oitenta e nove euros)**, ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

3. O preço referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Vila Nova de Cerveira (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

Cláusula 8.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Vila Nova de Cerveira, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de **30 (trinta) dias** após a receção pelo Município de Vila Nova de Cerveira das respetivas faturas, de acordo com as seguintes datas:

- 30 dias após a assinatura do contrato – 60%
- Conclusão – 40%

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos elementos a desenvolver pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato.

3. Em caso de discordância por parte do Município de Vila Nova de Cerveira, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque.

Cláusula 9.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Vila Nova de Cerveira pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega e instalação dos bens objeto do contrato, até 5% do preço contratual;

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 5% do preço contratual.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.



4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o município de Vila Nova de Cerveira exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 10.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

3 A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

4 A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 11.ª

Resolução por parte do Município de Vila Nova de Cerveira

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Vila Nova de Cerveira pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços



violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente pelo atraso na conclusão dos serviços ou, no caso de declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

Cláusula 12.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 60% do preço contratual, excluindo juros.

2. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Vila Nova de Cerveira, que produz efeitos 60 (sessenta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato (com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP)

Cláusula 13.ª

Caução

Não há lugar à prestação da caução de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Cláusula 14.ª

Seguros

É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro de todos os riscos que possam inviabilizar ou prejudicar a prestação do serviço objeto do presente contrato.

Cláusula 15.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização do Município, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 17.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.



2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 19.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

O presente Caderno de Encargos contém dez folhas, todas numeradas e por mim rubricadas.

Paços do Concelho de Vila Nova de Cerveira, 05 de junho de 2019
O Presidente da Câmara Municipal,

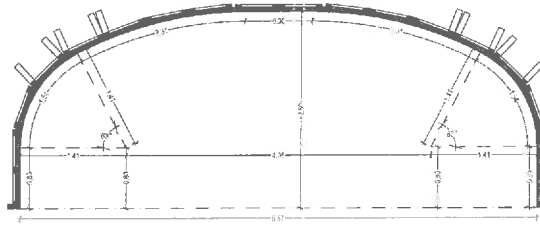

João Fernando Brito Nogueira

ANEXO A

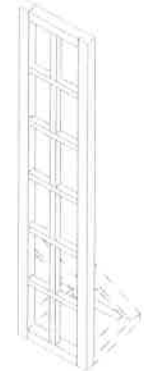
rota	concelho	recursos	comentários
megalitismo	VNCERVEIRA	Gravuras da Serra da Gávea	
castros	VNCERVEIRA	estação arqueológica do Forte de Lovelhe	
romano	VNCERVEIRA	estação arqueológica do Forte de Lovelhe	
		Minas Romanas de Couço de Monte Furado	
românico	VNCERVEIRA	Igreja de Reboreda	
mosteiros	VNCERVEIRA	Convento de Sampaio	
descobrimientos	VNCERVEIRA	Biscoitos de Milho	
castelos	VNCERVEIRA	Castelo de Cerveira	
	VNCERVEIRA	Forte de Lovelhe	
barroco	VNCERVEIRA	Igreja Matriz de Vila Nova de Cerveira	
	VNCERVEIRA	Igreja de Gondarém	
tradicional	VNCERVEIRA	Núcleo Interpretativo dos Moinhos da Gávea	
	VNCERVEIRA	Azenha de Pagade	
contemporâneo	VNCERVEIRA	Museu da Bienal de Cerveira	
	VNCERVEIRA	Convento de Sampaio (espaço expositivo de arte contemporânea associado ao Escultor José Rodrigues)	
	VNCERVEIRA	Cervo de José Rodrigues	
		antiga central hidroelétrica do Coura, freguesia de Covas	
	VNCERVEIRA	Roteiro das Artes de Vila Nova de Cerveira (conjunto escultórico contemporâneo do Centro Histórico	

ANEXO B

Handwritten signature

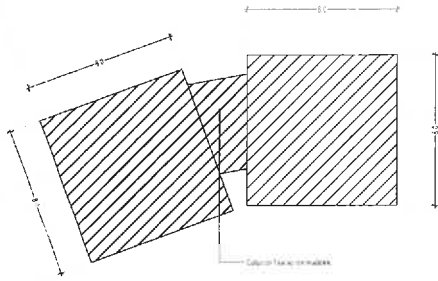


Esquema da construção geométrica do painel de projeção (1:50)

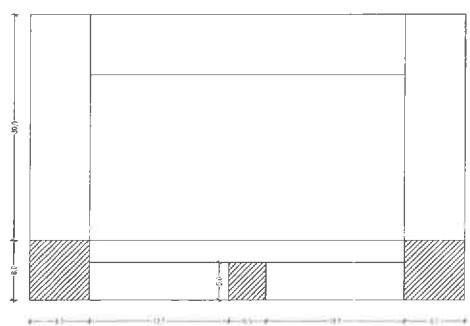


Arquitetura do módulo estrutural

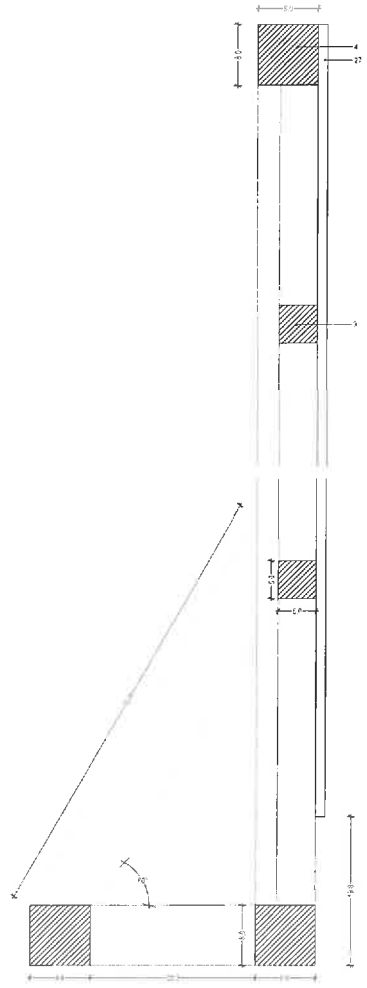
- Legenda**
- 1 Placa de Apoio Externo
 - 2 Perfil de madeira de pinho 4.1x4.1cm
 - 3 Perfil de madeira de pinho 10x10cm
 - 4 Perfil de madeira de pinho 10x10cm
 - 5 Perfil de madeira de pinho 10x10cm
 - 6 Perfil tubular metálico 5x10x1cm
 - 7 Perfil tubular metálico 10x10x1cm
 - 8 Perfil tubular metálico 10x10x1cm
 - 9 Perfil tubular metálico 10x10x1cm
 - 10 Perfil tubular metálico 10x10x1cm
 - 11 Barras ranhoveira metálica abas que não 10x10x1,1
 - 12 Cuipe metálica 20x10x0,5cm de espessura
 - 13 Guarda metálica com perfil tubular com 10cm de diâmetro
 - 14 Placozol em chapeo esquadro de betão com 0,20m de espessura
 - 15 Calha para escoar de águas
 - 16 Aglomerado de madeira de tipo valvulante 1,5cm
 - 17 Aglomerado de madeira de tipo valvulante 1,5cm
 - 18 Aglomerado de madeira tipo valvulante (Are de ponte)
 - 19 Tábua em madeira maciça de pinho
 - 20 Tábua de madeira de madeira com 4cm de espessura
 - 21 Ripa horizontal madeira de pinho 2cm de espessura
 - 22 Calço em madeira de pinho (espessura variável)
 - 23 Carretilha em madeira de pinho
 - 24 Carretilha em chapeo metálico
 - 25 Fecho do tipo "bolacha"
 - 26 Ferra mentado em ferro de betão 0,20m de espessura
 - 27 Placa gesto cartonada
 - 28 Isolamento acústico em placa de aglomerado de cortiça 4,0cm de espessura
 - 29 Isolamento acústico em placa de aglomerado de cortiça 1,0cm de espessura
 - 30 Isolamento acústico em placa de aglomerado de cortiça 1,0cm de espessura
 - 31 Isolamento acústico em placa de aglomerado de cortiça 1,0cm de espessura
 - 32 Vidro Extra claro laminado 6mm de espessura (6A.1)
 - 33 Espuma acústica 100mm de espessura
 - 34 Fita LED 15w/m 6000K
 - 35 Fita LED 15w/m 2700K
 - 36 Tábua removível esquadro tipo farnesid 10x10
 - 37 Calha para escoar de águas impermeável
 - 38 Carretilha metálica do tipo Harnas do Virocon
 - 39 Calha para corrimão
 - 40 Carretilha de ferro de espessura variável
 - 41 Carretilha de ferro 1cm de espessura
 - 42 Revestimento em lajado de granito amarelo com espessura lapideado e bloco fino



Formador de junção de peças (1:2)



Formador horizontal (1:5)



Formador vertical (1:5)

REV	DATA	DESCRIÇÃO
<p>PROd <small>Rua Manuel Espírito Santo 107 - 17 4900-213 Viana do Castelo Tel: +351 910 201 980 info@prod.pt www.prod.pt</small></p>		
<p>REQUERENTE: CIM Alto Minho</p>		
<p>PROJECTO: Alto Minho 4D - Viagem no tempo</p>		
<p>LOCAL: Alto Minho</p>		
<p>FABR: Cerveira</p>		
<p>DESCRIÇÃO: Sistema Construtivo I Painel de projeção</p>		
DATA	Febrero 2019	DESENHO Nº
ESCALA	1:50, 1:5, 1:2	ARQ (3)102
Nº	031CIM	
DESENHO	André Vieira Sérgio Maciel	
APROVOU	Paulo Carvalho	

Este documento é propriedade de PROd ARQUITECTURA, Lda. e não poderá ser reproduzido, divulgado ou copiado no todo ou em parte, sem autorização expressa. Reservados todos os direitos sobre a reprodução em papel. EIG - LEE (2015) (1) (Mauri)

Handwritten initials